O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 19 | Nº 56 | Boa Vista | 2024

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.13906154

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

ANCESTRALIDADE QUILOMBOLA: UM CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE E A DIVERSIDADE CULTURAL NO BRASIL[1]

Fabio Gimovski[2]

Cintia Mara Ribas de Oliveira[3]

Resumo

Este estudo aborda a ancestralidade quilombola e sua influência nas práticas de sustentabilidade ambiental, explorando a interseção entre a herança cultural das comunidades remanescentes de quilombos e os esforços para conservar e proteger o meio ambiente no Brasil. A pesquisa visa investigar como a ancestralidade quilombola influencia as práticas de sustentabilidade ambiental em comunidades, analisando a relação entre os saberes tradicionais, a conexão com a terra e as políticas públicas neste contexto. O estudo adota uma abordagem multidisciplinar, baseada em uma revisão narrativa abrangente da literatura existente sobre quilombolas e sustentabilidade ambiental. Utiliza como base palavras-chave como ancestralidade, agricultura regenerativa, sustentabilidade, etnicidade, comunidades rurais e conhecimentos tradicionais. A pesquisa revela que as comunidades quilombolas mantêm práticas agrícolas sustentáveis desenvolvidas ao longo de gerações, que se confundem com sua própria identidade cultural. Essas práticas representam um modelo ancestral de harmonia entre o ser humano e o meio ambiente. No entanto, as comunidades enfrentam desafios significativos, incluindo pressões de atividades econômicas como agronegócio e mineração, além de barreiras legais e burocráticas na efetivação de seus direitos territoriais. Conclui-se ser necessário um diálogo mais integrado para que o conhecimento tradicional quilombola ocupe um lugar apropriado nas discussões e definições de estratégias de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável que alicerçam a formulação de políticas públicas de fortalecimento de sua territorialidade e ancestralidade.

Palavras-chave: Ancestralidade; Agricultura Regenerativa; Comunidades Rurais; Conhecimentos Tradicionais; Etnicidade; Sustentabilidade.

Abstract

This study addresses Quilombola ancestry and its influence on environmental sustainability practices, exploring the intersection between the cultural heritage of remaining Quilombo communities and efforts to conserve and protect the environment in Brazil. The research aims to investigate how Quilombola ancestry influences environmental sustainability practices in communities, analyzing the relationship between traditional knowledge, connection to the land, and public policies in this context. The study adopts a multidisciplinary approach, based on a comprehensive narrative review of existing literature on Quilombolas and environmental sustainability. It uses keywords such as ancestry, regenerative agriculture, sustainability, ethnicity, rural communities, and traditional knowledge as a foundation. The research reveals that Quilombola communities maintain sustainable agricultural practices developed over generations, which are intertwined with their own cultural identity. These practices represent an ancestral model of harmony between humans and the environment. However, the communities face significant challenges, including pressures from economic activities such as agribusiness and mining, as well as legal and bureaucratic barriers in the realization of their territorial rights. It is concluded that a more integrated dialogue is necessary for Quilombola traditional knowledge to occupy an appropriate place in discussions and definitions of environmental conservation strategies and sustainable development that underpin the formulation of public policies to strengthen their territoriality and ancestry.

Keywords: Ancestry; Ethnicity; Regenerative Agriculture; Rural Communities; Sustainability; Traditional Knowledge.

[1] O presente estudo contou com o apoio institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná.

[2] Doutorando em Gestão Ambiental pela Universidade Positivo (UP). E-mail: fabiogimovski@hotmail.com

[3] Docente da Universidade Positivo (UP). Doutora em Ciências Biológicas. E-mail: cmara@up.edu.br

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa investigar como a ancestralidade quilombola influencia as práticas de sustentabilidade ambiental em comunidades tradicionais, analisando a relação entre os saberes tradicionais, a conexão com a terra e as políticas públicas. Percebe-se uma lacuna, sob a perspectiva do conhecimento científico, na interseção entre a herança cultural quilombola brasileira e os esforços destas populações tradicionais em conservar e proteger o meio ambiente. Neste contexto, o presente estudo reitera uma perspectiva que não apenas contribui para a manutenção das tradições ancestrais, mas também oferece percepções valiosas para promover a sustentabilidade ambiental em um mundo que enfrenta cada vez mais desafios para a conservação e o equilíbrio ecológico.

A justificativa reside na necessidade urgente de buscar alternativas sustentáveis e éticas na relação com o meio ambiente. Ao focar na ancestralidade quilombola, não apenas destaca-se uma perspectiva valiosa e muitas vezes negligenciada sobre práticas sustentáveis, mas também se resgata o conhecimento e a cultura de comunidades historicamente marginalizadas. O presente estudo se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, da Organização das Nações Unidas. Em particular, relaciona-se diretamente aos seguintes objetivos: ODS 15 - Vida Terrestre: Ao explorar como as práticas quilombolas contribuem para a conservação do meio ambiente, o estudo aborda questões relacionadas à biodiversidade e à proteção dos ecossistemas terrestres; e ODS 10 - Redução das Desigualdades: Ao examinar a relação entre ancestralidade quilombola e sustentabilidade ambiental, a pesquisa também lança luz sobre as desigualdades sociais e econômicas enfrentadas por essas comunidades, contribuindo para um entendimento mais amplo das disparidades e, potencialmente, oferecendo percepções para reduzi-las.

Relacionar práticas culturais aos saberes ancestrais quilombolas traduz-se como foco metodológico principal do estudo, a partir da construção de uma extensa pesquisa bibliográfica. Foram investigados, portanto, os modos de vida e as tradições das comunidades remanescentes de quilombos, reportados em literatura, assim como a forma como esses elementos estão ligados à promoção da sustentabilidade ambiental. Foram também analisados os desafios enfrentados por essas comunidades e o papel das políticas públicas na promoção da conservação ambiental e na preservação da herança cultural quilombola. Este estudo traz, sobretudo, contribuições para a compreensão das conexões entre cultura, sustentabilidade e justiça social, destacando o potencial das comunidades quilombolas como agentes de mudança em direção a um futuro mais sustentável e inclusivo.

Adotou-se uma abordagem metodológica dedutiva para conduzir uma revisão abrangente da literatura sobre ancestralidade quilombola e sustentabilidade ambiental. Utilizou-se a base de dados

Scopus com as palavras-chave ancestralidade quilombola, sustentabilidade ambiental, conhecimento tradicional e agricultura regenerativa. A pesquisa foi limitada a artigos publicados entre 2019 e 2024, escritos em português e inglês. Os critérios de inclusão privilegiaram artigos revisados por pares, com foco em práticas sustentáveis e políticas públicas relacionadas às comunidades quilombolas. A interpretação com base descritiva e argumentativa utilizou o método de triangulação para ampliar a visão integradora dos achados e possibilitar o aprofundamento das discussões da pesquisa. Por consequência, esse método também permitiu identificar eventuais inconsistências nos dados, proporcionando maior precisão na análise. As fontes foram classificadas com base no sistema Qualis/Capes e no fator de impacto JCR 2022, priorizando-se estudos de maior relevância e impacto acadêmico.

A abordagem teórica que norteia esta pesquisa destaca a importância das práticas culturais e dos saberes tradicionais e se alinha com perspectivas que consideram as comunidades quilombolas como agentes ativos na busca por um futuro mais sustentável e equitativo. Cabe ressaltar que a pesquisa pela combinação específica dos termos “quilombolas” e “agricultura” apresentou um resultado de 15 artigos na base de dados Scopus, sem a aplicação de qualquer filtro temporal ou segmentado por área. Entre os 15 resultados apenas 2 tangenciam os conhecimentos tradicionais, no entanto, não traçam relação direta entre ancestralidade e práticas sustentáveis. Procedeu-se, então, a uma pesquisa em aprofundamento para identificação dos artigos mais relevantes, bem como uma busca de fontes seminais e mais citadas ao longo do tempo relacionadas ao tema.

Este texto está estruturado em seções que abordam aspectos singulares, porém interconectados da identidade quilombola. A primeira seção intitulada introdução aborda o contexto histórico, a justificativa, o objetivo, os procedimentos metodológicos, bem como, o resultado esperado. A segunda seção é dedicada ao referencial teórico, discutindo a formação e reafirmação da identidade quilombola ao longo de séculos de resistência e resiliência. Na terceira seção, análise e discussão, são destacados os desafios que as comunidades quilombolas enfrentam no Brasil moderno. Discutem-se questões como desigualdade social, marginalização, a luta contínua pela preservação de suas terras e cultura e como as comunidades contribuem significativamente para a sustentabilidade ambiental. Explora-se a literatura acerca da relevância dos conhecimentos ancestrais para a conservação da biodiversidade, além de se abordarem políticas públicas relacionadas aos quilombolas, avaliando sua adequação e eficácia, discutindo possíveis melhorias ou iniciativas necessárias para garantir a proteção e prosperidade dessas comunidades. Na última seção, são reunidas as discussões anteriores, para a elaboração das considerações finais, que sinalizam caminhos futuros para a formulação de políticas públicas, a partir da necessidade de uma abordagem integrada que reconheça os quilombolas como parte fundamental da

composição social e ambiental do Brasil, dentro de perspectivas de fortalecimento de sua territorialidade e ancestralidade.

Ao examinar como as práticas culturais e os saberes tradicionais quilombolas são empregados na conservação do meio ambiente, destacamos a importância de valorizar e preservar essas tradições. Além disso, ao abordar os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas - como desigualdade socioeconômica e falta de acesso a serviços essenciais - ressaltamos a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e equitativas. Observamos também as oportunidades que surgem por meio de parcerias com organizações não governamentais e agências governamentais, ressaltando a importância do apoio técnico, financeiro e educacional. Por fim, este estudo promove a valorização da cultura quilombola como um recurso valioso para a promoção da sustentabilidade ambiental e argumenta que a preservação da identidade cultural é fundamental para enfrentar os desafios socioambientais contemporâneos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Originadas durante o período escravocrata brasileiro, os quilombos representam uma parte significativa da história nacional e são vistos como sistemas sociais alternativos (NASCIMENTO, 1985), ou ainda criados em brechas do sistema escravista (CARDOSO, 1987), forjadas pela resistência de afrodescendentes que buscaram liberdade e autonomia (SCHÖNENBERG, 2020; GONÇALVES *et al*., 2022). Esses grupos estabeleceram-se em áreas remotas, criando espaços de refúgio, que desafiaram o sistema colonialista (BRITO; SANTOS; MATOS, 2020), a fim de viverem segundo suas tradições (RODRIGUES *et al*., 2020), originando assentamentos que exigiram não apenas coragem e determinação, mas também a transmissão cuidadosa de conhecimentos únicos (SANTANA *et al*., 2022). Compreender a identidade cultural das comunidades remanescentes de quilombo e a contribuição significativa que tiveram na construção da identidade brasileira perpassa pelo estudo de sua ancestralidade e pelas ramificações que a formação dos quilombos produziu, uma vez que denotam um aspecto essencial do povo brasileiro (PEREIRA; ALLEGRETTI; MAGALHÃES, 2022). Segundo esta linha de análise, destaca-se a importância de valorizar e proteger a herança afro-brasileira, compreendendo, por exemplo, como o termo quilombo assumiu seu caráter ideológico (NASCIMENTO, 1985), o que permite, assim, uma compreensão ampliada da história e cultura do país (SILVA; PINHEIRO, 2021).

Comunidades quilombolas escreveram uma história marcada por pressões políticas e psicológicas na tentativa de assimilar a diversidade da identidade nacional pensada por um prisma eurocêntrico (MUNANGA, 2004), o que, por consequência, as direcionava a uma luta pela preservação

de suas tradições e identidade (RIOS; MACIEL, 2021; MORAIS; ROCHA, 2022). São trajetórias marcadas por desafios marcantes, desde a era da escravidão até a moderna disputa por direitos territoriais e culturais, enfrentando além da desigualdade social o racismo estrutural (OLIVEIRA, 2021). A resistência não é apenas um ato de preservar memória e tradições, mas um firme desafio contra a assimilação forçada e a marginalização histórica, principalmente quando quilombos contemporâneos se inserem ativamente no processo de preservação da memória ao compartilharem história e práticas culturais (LUSBY; PINHEIRO, 2019). A resiliência, por sua vez, fortalecida pela transmissão de valores e consciência de geração em geração, torna-se uma ferramenta essencial na atualidade, face às pressões da expansão urbana sobre as terras ancestrais (SILVA; PINHEIRO, 2021). Nesse cenário, a cultura assume um papel de alicerce, ao nutrir a identidade e incentivar a luta por direitos e justiça social (CASTILHO; OLIVEIRA, 2022).

A história quilombola ressoa não apenas como um testemunho de resistência cultural, mas também como um símbolo da resiliência humana em busca de igualdade e respeito. A partilha de experiências históricas demonstra a continuidade da identidade quilombola (GOULART; TAVARES, 2021). São tradições passadas por narrativas orais, que englobam histórias, música, dança, rituais religiosos, e possuem papel essencial na preservação de sua cultura (SILVA *et al*., 2021). Nesse sentido, as tradições mescladas à vida quotidiana retratam a sincronia do sagrado com o profano (SANTOS, 2013), e o exercício da religião se configura como uma forma de fortalecer a própria cultura, priorizando o coletivo e a vida social (SANTOS *et al*., 2024). Esse modo de vivenciar o coletivo demarca aspectos de uma diversidade cultural ao estarem presentes, por exemplo, gêneros musicais emblemáticos, como o jongo, registrado como patrimônio imaterial do Brasil, em 2005 (MONTEIRO; REIS, 2019). Delinear o papel vital da herança cultural quilombola na construção da identidade nacional não é apenas prestar a devida atenção a sua importância, mas sobretudo, um requisito para preservar influências que proporcionam um olhar mais aprofundado para a complexa história cultural do país.

As trajetórias de resistência foram marcadas por avanços legislativos significativos no Brasil. Se o marco inicial foi a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), que conferiu às comunidades remanescentes de quilombo o direito às terras ancestrais e à preservação de suas culturas (BUNCHAFT; SILVA; MENDONÇA, 2020), posteriormente esses direitos foram reforçados pelo Decreto Federal nº 4.887/2003 (BRASIL, 2003), que regulamentou a demarcação e a titulação de terras quilombolas. Esforços crescentes para reconhecer e proteger os direitos das comunidades quilombolas seguiram-se, a exemplo do Decreto nº 6.040/2007 (BRASIL, 2007), que estabeleceu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e mais recentemente o Decreto nº 11786/2023, que instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola e o seu

Comitê Gestor. Entretanto, o caminho rumo à justiça social e à proteção efetiva permanece árduo, com barreiras legais, burocráticas e econômicas ainda presentes (FREITAS; SANTOS, 2021), ou seja, a luta agora é contra a pressão econômica de setores como agronegócio e mineração, que ameaçam a integridade das terras quilombolas (ROCHA; NASCIMENTO, 2022). É necessário que o reconhecimento legal se traduza em proteção real e efetiva para essas comunidades, haja vista, por exemplo, que 90% dos territórios quilombolas ainda não possuem titulação definitiva (ROSSI; HOFMEISTER, 2023).

Incorporar a ancestralidade quilombola nas instituições educacionais é considerada uma estratégia para desmantelar preconceitos, semear conscientização e respeito pelas tradições quilombolas nas novas gerações (MOURA *et al*., 2023). Ao integrar conteúdos curriculares que refletem as vivências e sabedorias ancestrais, fomenta-se uma consciência crítica que abrange o reconhecimento do outro, compreendido a partir da complexa realidade das comunidades quilombolas (MONTEIRO; REIS, 2019). Além de ser uma fortaleza contra a discriminação, a educação cria pontes de compreensão e solidariedade, cultivando um ambiente de diálogo para uma convivência pacífica em uma sociedade diversa (CARRIL, 2017; BRITO-OLIVEIRA; SANTOS; SANTOS, 2020). Assim, mais do que fortalecer a identidade quilombola, a educação emerge como uma propulsora de uma harmonia social capaz de integrar ancestralidade e modernidade.

Por sua vez, a relação entre a ancestralidade e sustentabilidade enfrenta desafios substanciais. Políticas públicas muitas vezes falham em reconhecerem e protegerem eficazmente os direitos dessas comunidades, o que dificulta a implementação de práticas sustentáveis. Nesse sentido, a ligação das comunidades remanescentes de quilombo com a terra vai além de uma necessidade econômica (MORAIS; ROCHA, 2022); ela representa a fundação de sua cultura e espiritualidade (SOUZA; SACRAMENTO, 2022).

Vista como uma entidade viva, a terra é a portadora da sabedoria ancestral que guia as práticas sustentáveis e agrícolas. É no solo fértil e nas sementes que reside a resistência quilombola, um símbolo de luta e autodeterminação frente aos desafios históricos e contemporâneos (GONÇALVES *et al*., 2022). Neste contexto, defender suas terras ancestrais não é apenas questão de preservar sua herança, mas uma afirmação de sua identidade e uma garantia de sustentabilidade para futuras gerações (FREITAS; SANTOS, 2021; PESTANA; FONSECA; FUNK, 2022; PEREIRA; MAGALHÃES, 2023). Ou seja, reconhecer e proteger as terras quilombolas como um patrimônio insubstituível, no qual a cultura e a ecologia se entrelaçam profundamente, é fundamental.

Ao preservar saberes ancestrais, as comunidades resistem, afirmam sua identidade e o valor de sua herança cultural, o que demonstra a necessidade de proteção dessas tradições na sociedade atual.

Entre esses saberes estão conhecimentos sobre as propriedades medicinais das plantas, mantidos como um legado transmitido ao longo de gerações (VALADARES; SILVA; HANAZAKI, 2020; SILVA; CARVALHO; BENEVIDES, 2022; TOSTES, 2022). São saberes que permeiam a cultura quilombola e compreendem práticas centradas não apenas na cura, mas também na prevenção, de modo a promoverem o bem-estar integral do indivíduo, ao equilibrarem aspectos físicos, emocionais e espirituais (ARRUDA *et al*., 2019). A manutenção dessas práticas não só assegura parte da autonomia das comunidades quilombolas como também se apresenta como um contraponto relevante aos tratamentos contemporâneos (BELTRÃO *et al*., 2021; NASCIMENTO; ARANTES; CARVALHO, 2022).

Além das práticas sustentáveis no campo da agricultura, advindas da ancestralidade, a espiritualidade é discutida na literatura como outro pilar central na vida quilombola (Santos, 2013). Fortemente atrelada à terra, é um sistema de comunicações e de equilíbrio; é a participação vívida do homem na ordem cósmica (BASTIDE, 1968). Neste contexto, a terra, por sua vez, é vista não apenas como um recurso físico, mas como um ser vivo e sagrado, permeado de significados profundos, manifestados na relação do homem com o solo (HANDY, 1939). Rituais e cerimônias desempenham relevante papel na preservação dessa conexão (CARVALHO, 2019), que prevê uma concepção de mundo com comunicação intercambiável entre seres humanos e não-humanos (PRADO *et al*., 2022), honrando os antepassados e reforçando o senso de responsabilidade para com o meio ambiente (MORAIS; ROCHA, 2022; PEDROZA; SANTOS; ALMEIDA, 2021). Nesse sentido, a espiritualidade quilombola se torna uma expressão profunda da união com a terra, o que, por sua vez, sublinha a necessidade de se valorizar e resguardar os aspectos materiais e culturais dessa herança (CARVALHO, 2019). Esta visão holística, que percebe os humanos como integrantes de um ciclo natural, incentiva, portanto, a preservação e o equilíbrio ecológico, demonstrando um compromisso com a saúde do ambiente - visto como parte da saúde espiritual e cultural das comunidades.

Apesar da ligação profunda e histórica com suas terras, tais comunidades enfrentam severos desafios ambientais marcados por exploração e degradação advindas de atividades econômicas como agronegócio e mineração (ANTOCI; RUSSU; TICCI, 2019), a exemplo das comunidades remanescentes de quilombo do Rio Trombetas, no Pará (NASCIMENTO *et al*. 2022). Diante de tal cenário as comunidades quilombolas demonstram resiliência e buscam alternativas para a pressão exercida por essas atividades que pressionam os ecossistemas, afetando diretamente a biodiversidade local, a qualidade da água e do solo. Destacam-se, nesse sentido, a conexão com o ambiente, como nas comunidades do Vale da Ribeira, em São Paulo (THORKILDSEN, 2014); a participação em seminários globais, a exemplo da presença da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – CONAQ na

Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CHRYSOSTOM, 2022); ou ainda, a partir da interação com projetos piloto sobre mapeamento de práticas agrícolas e preservação de estoques de carbono, como no caso de duas comunidades remanescentes de quilombo no Amapá e uma em Goiás (USAID, 2024).

Diante dos complexos desafios socioambientais, a ancestralidade quilombola se mantém como um testemunho de resiliência humana, justiça e afirmação de identidade em meio às adversidades contemporâneas. Raízes históricas de comunidades remanescentes de quilombos retrocedem no tempo e se estendem por séculos, simbolizando uma resistência étnica e política (NASCIMENTO, 1985) que se desdobra na luta pela emancipação das desigualdades e pela biodiversidade (STEWARD; LIMA, 2017; RODRIGUES *et al*., 2020). O fato se suas terras estarem inseridas em contextos de diversidade biológica e ecológica fez com que essas comunidades desenvolvessem, ao longo de gerações, práticas agrícolas sustentáveis, que se confundem com sua própria identidade cultural, representando um modelo ancestral de harmonia entre o homem e o meio ambiente (GONÇALVES *et al*., 2022; PEREIRA; MAGALHÃES, 2023). À medida que o mundo moderno avança, as comunidades se veem pressionadas por forças como a expansão urbana, o agronegócio e a mineração, ameaçando seus territórios e modos de vida tradicionais (GOMES *et al*., 2020; CONDE *et al*., 2020). Nesse sentido, a ancestralidade quilombola, surge como um eixo fundamental no debate contemporâneo sobre sustentabilidade ambiental (SANTANA, *et al.*, 2022).

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A resistência contemporânea das comunidades remanescentes de quilombo envolve lutas constantes contra desafios legais e sociais revelados no presente estudo, a partir de dados documentais e bibliográficos, como, por exemplo: comunidades do Vale da Ribeira, em São Paulo, que se preocupam com a possibilidade da barragem de Tijuco afetar sua forma de cultivo (THORKILDSEN, 2018); a comunidade Negros do Riacho, no Rio Grande do Norte, e os desafios sociais decorrentes de ser considerada a mais pobre do Estado (SOUZA; SILVA; COSTA, 2019), e ainda, a situação de vulnerabilidade das mulheres quilombolas de Alcântara, no Maranhão (RIOS; MACIEL, 2021).

Neste contexto, a literatura propõe, como modelo de enfrentamento aos desafios apresentados, que as comunidades se mobilizem formando coletivos que utilizem a educação e a arte como ferramentas de afirmação e preservação da identidade cultural, ou seja, necessitam voltar-se para a própria herança cultural como fonte de resistência (ZANK; ARAUJO; HANAZAKI, 2019). Essa transmissão, de geração em geração, ultrapassa a batalha pelo território e se configura também como

uma busca por justiça social e igualdade de direitos (HATZIKIDI, 2019), esforço este capaz de conduzir a sociedade a uma tomada de consciência sobre as questões de desigualdade e discriminação racial, além da necessidade de proteger e valorizar as tradições ancestrais como patrimônio nacional (RIOS; MACIEL, 2021).

Se a manutenção de práticas culturais, idiomas e tradições são formas de resistência que conferem identidade e autonomia às comunidades quilombolas, também o são programas de saúde que valorizam a autoestima, a resiliência e questões específicas relacionadas à sexualidade e à reprodutividade (PRATHER *et al*., 2018). A união de diferentes formas de abordagem sobre a ancestralidade torna-se um meio de educação intergeracional, promovendo a transmissão de valores, conhecimentos e narrativas que aprimoram a coesão social e a resiliência comunitária, como denotado pelas pesquisas sobre a dimensão afetiva das práticas de cuidado com a saúde em comunidades remanescentes de Fortaleza, no Ceará (MORAIS; ROCHA, 2022). Há um papel significativo desempenhado na sensibilização da sociedade quanto aos saberes ancestrais, a exemplo do modelo de educação das comunidades remanescentes de Vitória da Conquista, na Bahia (BRITO-OLIVEIRA *et al*., 2020), e do estado do Rio de Janeiro (MONTEIRO; REIS, 2019). Desse modo, a preservação cultural vai além da resistência, indicando a urgência em proteger e celebrar tradições ancestrais, em nível global, a exemplo de pesquisas sobre patrimônio cultural tangível e intangível no Egito e no Marrocos (GILIBERTO; LABADI, 2022), ou ainda, como no caso do Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento (UNESCO, 2023).

O engajamento político e o ativismo também podem ser relacionados como formas de promover e proteger interesses e direitos inalienáveis das comunidades quilombolas, sendo um exemplo a comunidade do Campinho da Independência, e seu envolvimento com o turismo étnico, em Paraty, no Rio de Janeiro (SILVA; PINHEIRO, 2021). Essa participação não só enfatiza a busca pela visibilidade, mas também representa uma defesa de suas terras ancestrais, bem como de sua cultura e estilo de vida (POETS, 2018; BRITO-OLIVEIRA; SANTOS; SANTOS, 2020). De maneira estratégica, as comunidades estabelecem alianças colaborativas com organizações civis que compartilham visões de justiça social e ambiental; estudos sobre práticas de manejo quilombola no Vale do Ribeira, em São Paulo, desenvolvidos por pesquisadores vinculados a universidades (STEWARD; LIMA, 2017), são um exemplo. Essas parcerias fomentam uma compreensão mais profunda da cultura quilombola e contribuem para o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais, a exemplo da iniciativa de turismo étnico no quilombo Furnas dos Baianos, em Aquidauana, no Mato Grosso do Sul (OPPLIGER; OLIVEIRA, 2022).

As comunidades remanescentes, sobretudo, destacam-se pela resiliência ao se dedicarem a iniciativas de empoderamento e educação, como no caso da educação de jovens e adultos articulada com processos de desenvolvimento local em quilombos rurais (BACHETI *et al*., 2020; MOURA *et al*., 2023). Apesar disto, a resiliência embasada no legado histórico de discriminação ainda se reflete, no entanto, nos estereótipos e preconceitos profundamente enraizados na sociedade brasileira atual (FREITAS; SANTOS, 2021). Essa visão distorcida não só limita as oportunidades econômicas e sociais para os quilombolas, mas também gera obstáculos consideráveis para o acesso à educação de qualidade e empregos dignos.

Por outro lado, ao reafirmarem sua identidade, as comunidades remanescentes de quilombo manifestam a própria diversidade como fonte de herança cultural (BRITO *et al*., 2020). Uma herança reconhecida constitucionalmente (CAMPOS, 2018), pois como determina o artigo 216, § 5º "ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos" (BRASIL, 1988), entretanto, o processo de titulação ou a forma de se tornar visível social e legalmente ainda enfrenta barreiras no país (BRANDÃO, 2020; SILVA; SOUZA, 2022).

A educação é essencial na valorização e perpetuação da identidade quilombola, ao atuar como guardiã de uma herança cultural e, sobretudo, poder instigar a conexão das novas gerações com suas raízes. A inclusão consciente de ensinamentos tradicionais, histórias ancestrais e práticas culturais nas escolas locais enfatiza uma compreensão sólida e respeitosa da herança quilombola entre os jovens, segundo Brito *et al*. (2020). A participação dos mais velhos é também reforçada na literatura como fundamental na disseminação dos conhecimentos tradicionais (DEI; KARANJA; ERGER, 2022). Ao incorporar os valores comunitários e a sabedoria ancestral, a educação prepara a juventude quilombola para compreender sua identidade única. Tal educação nutre a autoestima e a autoafirmação, estendendo-se como uma ponte para a sociedade, a exemplo da implantação de escolas de educação quilombola no nordeste brasileiro (SANTOS *et al*., 2019), da prática de manifestações afro-brasileiras no contexto de um projeto de iniciação científica no quilombo Machadinhas, no Rio de Janeiro (MONTEIRO; REIS, 2019), e da relação da comunidade com o território, com os saberes tradicionais, com suas origens e com sua produção cultural e econômica (MOURA *et al*., 2023).

A solidariedade é um dos pilares da resistência e da autoafirmação na trajetória das comunidades remanescentes. Um pilar que se estabelece na luta por reconhecimento, justiça e igualdade - não sem enfrentar desafios – muitos moradores de comunidades exibem com orgulho suas raízes ancestrais, outros, entretanto, ainda têm resistência em se assumir como quilombolas (CARVALHO, 2019). O senso de comunidade, quando reconhecido, não apenas embasa um sentimento profundo de pertencimento, mas reitera a força e a vitalidade de sua identidade tanto no cenário nacional quanto

global, a exemplo das comunidades negras no Haiti, Colômbia, Suriname, Equador e Jamaica (SILVA; SOUZA, 2022). A colaboração coletiva em cada comunidade não só reafirma a identidade quilombola, principalmente diante da ameaça constante ao seu território ancestral e a persistente discriminação racial (FREITAS; SANTOS, 2021), bem como serve para educar e promover a tomada de consciência da sociedade sobre a profundidade da diversidade cultural presente (PEREIRA *et al*., 2022).

Desafios substanciais são enfrentados, principalmente no tocante à implementação de políticas públicas voltadas à proteção e desenvolvimento das comunidades quilombolas, como, por exemplo, na comunidade Negros do Riacho, no Rio Grande do Norte, que sofre com escassez de chuvas e precisa de investimento público para um açude maior (SOUZA *et al*., 2019).

Embora a Constituição Brasileira reconheça explicitamente os direitos territoriais e culturais destas comunidades, a aplicação efetiva de políticas frequentemente encontra barreiras, como grupos que se opõem à regularização das políticas públicas relativas às terras quilombolas (SANTOS; SAYAGO; MILLER, 2020), dando origem a tensões pela posse da terra, que podem se somar às tensões religiosas já existentes, como observado nas comunidades de Alcântara, no Maranhão (HATZIKIDI, 2019).

Um dos principais desafios reside na falta de efetividade na demarcação e titulação de terras ancestrais, fato que levou algumas famílias a invocarem origens quilombolas para legitimar a titulação da terra (CULTURAL SURVIVAL, 2010). Por outro lado, vale registrar que a certificação da Fundação Cultural Palmares não garante direito à titulação, mas apenas reconhece o grupo social como quilombo (ANQ, 2016). Segundo a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – CONAQ, aproximadamente 9% das terras quilombolas tem titulação definitiva (BRANFORD; TORRES, 2017). Muitas comunidades enfrentam, então, longos atrasos e obstáculos burocráticos que dificultam a efetivação de seus direitos territoriais reconhecidos legalmente. Além disso, a pressão exercida pela agricultura tradicional em larga escala e os problemas decorrentes do uso intensivo da terra e da água obrigam as comunidades quilombolas a uma luta contínua para defendê-las (SCHÖNENBERG, 2020).

Outro desafio é a falta de acesso a serviços públicos essenciais, como educação de qualidade e cuidados de saúde adequados (BRAUER *et al*., 2019; FEITOSA *et al*., 2021), que muitas vezes são limitados nas áreas onde as comunidades remanescentes estão localizadas. Isso contribui para a perpetuação da desigualdade socioeconômica e afeta negativamente o bem-estar dessas comunidades. Em suma, a aplicação inadequada das políticas públicas destinadas a proteger e promover os direitos das comunidades quilombolas é uma preocupação crítica. Essa falta de efetividade resulta em uma vulnerabilidade significativa, prejudicando a capacidade de preservação das terras ancestrais e da herança cultural (BELTRÃO *et al*., 2021).

Se a implementação de políticas públicas é insuficiente, a desigualdade social surge como um obstáculo na trajetória das comunidades remanescentes de quilombo. Discriminação e preconceitos se apresentam de maneira multifacetada, segundo observações realizadas em seis comunidades no estado do Tocantins (FEITOSA *et al*., 2021), e também em oito comunidades no estado do Pará (NASCIMENTO *et al*., 2022). No que concerne aos aspectos sociais, o ciclo de pobreza e desigualdade econômica entre quilombolas se repete com impacto direto pela ausência de políticas públicas na região central do Brasil (MOTA *et al*., 2021), bem como condições sanitárias inadequadas em comunidades no norte do país (CHEROL; FERREIRA; SALLES-COSTA, 2021). Limitações como essas se estendem aos serviços básicos de saúde e infraestrutura, o que enfraquece ainda mais a qualidade de vida das comunidades quilombolas (CAIRO *et al*., 2021). Diante de tal cenário, destacam-se iniciativas que visam contornar a ausência do poder público na forma de fundos rotativos solidários, como a da Associação Comunitária do Povoado Piqui, no Maranhão (NASCIMENTO; GOMES; FÉ, 2021).

Apesar dos consideráveis desafios enfrentados, muitas comunidades têm encontrado espaço para que suas vozes quilombolas sejam ouvidas (POETS, 2021), embora não seja incomum determinadas comunidades rejeitarem essa denominação (PEREIRA; OLIVEIRA, 2019). De toda forma, a resiliência e determinação na busca pela proteção de seus direitos e pela afirmação de sua identidade cultural têm sido fundamentais para pressionar governantes por mudanças significativas nas políticas públicas. Para superar os desafios, o poder público precisa adotar políticas mais inclusivas, a exemplo da implantação de escolas de educação quilombola, na região nordeste (SANTOS *et al*., 2019). Além de reconhecer direitos territoriais e culturais, é imprescindível implementar estratégias que realmente reduzam as disparidades socioeconômicas e de saúde que esses grupos enfrentam historicamente (NUNES E MARQUES, 2019; SANTOS *et al*., 2024). Isso envolve não apenas a formalização dos direitos sobre suas terras ancestrais, mas também a promoção de um desenvolvimento sustentável genuíno nos territórios quilombolas, a exemplo de pesquisas desenvolvidas com mulheres quilombolas na comunidade Mumbuca, em Minas Gerais (STEWARD; LIMA, 2017), ou ainda, a legitimação da herança cultural quilombola para turismo étnico (MONTERO, 2020). Ao adotar uma abordagem inclusiva, não apenas se preserva a diversidade cultural e social do Brasil (BACHETI *et al*., 2020), mas também se avança em direção a uma sociedade equitativa.

Entre exemplos de abordagens inclusivas podem ser citados, por exemplo, a Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003), que exige o ensino de história africana, cultura afro-brasileira e indígena nas escolas públicas; a Lei nº 12.288/2010 (BRASIL, 2010) que institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica; e

a Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012), que permite que vagas em universidades e instituições federais sejam reservadas para pessoas de cor ou em situação de pobreza.

A proteção das comunidades quilombolas não apenas preserva a identidade cultural e promove a biodiversidade (BRANDÃO, 2020), mas também assegura justiça social e equidade, dando voz às comunidades historicamente marginalizadas (STEWARD; LIMA, 2017). Isso implica garantir seus direitos territoriais e autonomia sobre seus recursos, promovendo práticas sustentáveis alinhadas com suas tradições e espiritualidade, a exemplo das comunidades em Abaetetuba, no Pará (SATO; BRANDÃO, 2023). Portanto, para a construção de uma sociedade brasileira mais inclusiva faz-se necessário reconhecer e valorizar a cultura ancestral quilombola como patrimônio nacional e cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo explorou a intercessão entre a herança cultural quilombola e a conservação e proteção do meio ambiente. Destacou-se ao longo da pesquisa como os saberes tradicionais desempenham importante papel nesse cenário. Ao resgatar a história da formação da identidade negra no Brasil, percebe-se que os quilombos representaram espaços de resistência que preservaram cultura e tradições, como espaços de cooperação e reafirmação da própria identidade, mantendo uma linha contínua entre passado e presente, o que por sua vez, coloca a ancestralidade como aspecto fundamental da relação das pessoas com o meio ambiente. A pesquisa demonstrou que a ancestralidade quilombola não é somente testemunho histórico, mas sim uma força viva e dinâmica capaz de influenciar práticas sustentáveis.

A presença da ancestralidade se manifesta, sobretudo, na abordagem integrada que não apenas protege o meio ambiente, mas também reforça a ligação vital entre as novas gerações e sua herança cultural, incentivando uma relação sustentável com a terra. Entretanto, ao serem revisitados estudos de casos em comunidades quilombolas de diferentes regiões, tornam-se perceptíveis persistentes desigualdades sociais. A análise evidencia os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas, como a luta pela demarcação e titulação de suas terras, o limitado acesso a serviços públicos essenciais e a persistência de desigualdades sociais.

A profunda relação das comunidades quilombolas com a terra delineia um aspecto central de sua identidade, bem como, sua resiliência, uma vez que a própria herança cultural emerge como fonte de afirmação identitária. Essa conexão ultrapassa o aspecto econômico e incorpora dimensões culturais, por vezes espirituais. Dessa forma o conhecimento tradicional transmitido ao longo de gerações demonstra como a ancestralidade é capaz de contribuir com o desenvolvimento sustentável do território das

comunidades. Ressalta-se também a importância da educação tanto na preservação quanto na transmissão da cultura quilombola. Nesse sentido, a incorporação de saberes tradicionais no currículo escolar promove a ampliação da compreensão da diversidade cultural brasileira, além de fortalecer a identidade das novas gerações. Esse fortalecimento da educação permite que as comunidades remanescentes de quilombos não só compreendam e reivindiquem seus direitos, mas também gestem seus territórios de forma sustentável e defendam sua cultura com mais propriedade.

Políticas públicas, embora tenham significativo avanço em relação ao reconhecimento legal dos direitos quilombolas, ainda enfrentam desafios para sua implementação efetiva. A pesquisa indica que existe uma necessidade de ações coordenadas entre diferentes instâncias do poder público à sociedade civil, para garantir a proteção da cultura e dos territórios quilombolas. Assim sendo, o presente estudo contribui com reflexões para evidenciar a relevância da ancestralidade quilombola não só como patrimônio cultural, mas também como estratégia para o enfrentamento dos desafios socioambientais contemporâneos.

Dessa forma, a ancestralidade deixa de se apresentar somente como legado histórico, mas também passa a contribuir significativamente, como modelo vivo de conexão com a terra, para um futuro fundamentado no respeito, na coexistência e na sustentabilidade. Destarte, faz-se necessário que a sociedade olhe para esses saberes não como meras práticas de comunidades rurais, mas como uma revisão de sua relação com a terra, abrindo perspectivas para reparar os danos causados por práticas insubsistentes e restabelecer o equilíbrio natural de modo a promover um futuro sustentável, justo e culturalmente diverso.

Estudos futuros podem se concentrar em investigar o impacto das mudanças climáticas nas comunidades quilombolas, além de explorar como os conhecimentos tradicionais podem contribuir para estratégias de adaptação da sociedade a essa realidade de enfrentamento. Ainda, é possível visualizar futuros estudos na investigação das intercessões entre gênero, raça e sustentabilidade, como foco especial no papel das mulheres na conservação cultural e ambiental e luta pela manutenção da territorialidade em cenários de crises climáticas.

REFERÊNCIAS

ANQ - National Articulation Quilombo. **Remaining of Quilombo**: recognition of rights to territorial disputes-Overview of Brazil. Pinheiro: ANQ, 2016.

ANTOCI, A.; RUSSU, P.; TICCI, E. “Mining and local economies: Dilemma between environmental protection and job opportunities”. **Sustainability**, vol. 11, n. 22, 2019.

ARRUDA, D. A. *et al*. "Uso de plantas medicinais na Umbanda e Candomblé em associação cultural no município de Puxinanã, Paraíba". **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, vol. 14, n. 5, 2019.

BACHETI, L. *et al*. "Youth and adult education and local development in brazilians rural quilombola communities". **Revista Portuguesa de Educacao**, vol. 33, n. 1, 2020.

BASTIDE, R. "Religiões africanas e estruturas de civilização". **Afro Asia**, n. 6, 1968.

BELTRÃO, I. C. S. *et al*. "Concepts, beliefs, and traditional treatment for childhood seizures in a Quilombola community in northeastern Brazil: Analysis by the discourse of the collective speech". **International Journal of Environmental Research and Public Health**, vol. 18, n. 4, 2021.

BRANDÃO, J. P. M. "Quilombos, federal heritage policy and reparations". **Anais do Museu Paulista**, vol. 28, 2020.

BRANFORD, S.; TORRES, M. "Quilombolas' community land rights under attack by Brazilian ruralists". **Mongabay** [2017]. Disponível em: <www.mongabay.com>. Acesso em: 04/10/2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04/10/2024.

BRASIL. **Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Brasília: Planalto, 2003. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04/10/2024.

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Brasília: Planalto, 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04/10/2024.

BRASIL. **Decreto n. 11.786, de 20 de novembro de 2023**. Brasília: Planalto, 2023. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04/10/2024.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília: Planalto, 2003. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04/10/2024.

BRASIL. **Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010**. Brasília: Planalto, 2010. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04/10/2024.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Brasília: Planalto, 2012. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04/10/2024.

BRAUER, A. M. N. W. *et al*. "Socioeconomic and parasitological aspects in quilombola communities in two of the oldest municipalities in Brazil". **Revista de Salud Publica**, vol. 21, n. 6, 2019.

BRITO, E. P. E.; SANTOS, A.; MATOS, M. "Can a curriculum go through the process of aquilombamento?" **Cadernos de Pesquisa**, vol. 50, n. 176, 2020.

BRITO-OLIVEIRA, N.; SANTOS, A. R.; SANTOS, I. T. R. "Quilombola school education from a field perspective: The Quilombola Peasant". **Revista Colombiana de Educacion**, vol. 1, n. 80, 2020.

BUNCHAFT, M. E.; SILVA, L. R. M.; MENDONÇA, G. P. M. "Violence against quilombola women: An insight on the use of an intersectional perspective in the light of the idea of subaltern counterpublic by Fraser". **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, vol. 10, n. 2, 2020.

CAIRO, S. *et al*. "Overweight in Rural Quilombola and Non-quilombola Adolescents From the Northeast of Brazil". **Frontiers in Nutrition**, vol. 7, 2021.

CAMPOS, Y. D. S. "The concepts of place and territory in the composition of Cultural Heritage: Quilombos and indigenous lands in the Brazilian Federal Constitution". **Tempo e Argumento**, vol. 10, n. 25, 2018.

CARDOSO, C. F. **O Escravo ou Camponês? Protocampesinato Negro nas Américas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CARRIL, L. D. F. B. "Os desafios da educação quilombola no Brasil: O território como contexto e texto". **Revista Brasileira de Educação**, vol. 22, n. 69, 2017.

CARVALHO, L. M. "História Oral, Territorialidades e Identidades Quilombolas". **Faces da História**, vol. 6, 2019.

CASTILHO, S. D.; OLIVEIRA, B. M. "The political and pedagogical dimension of the celebration in the Quilombola community of Campina de Pedra, Poconé, MT". **Praxis Educativa**, vol. 17, 2022.

CHEROL, C. C.; FERREIRA, A. A.; SALLES-COSTA, R. "Social inequalities and household food insecurity in quilombola communities in Brazil". **Revista de Nutrição**, vol. 34, 2021.

CHRYSOSTOM, M. "Quilombolas denounce at COP27 invisibility on the climate and environmental agenda". **Socioambiental** [2022]. Disponível em: <www.socioambiental.org>. Acesso em: 04/10/2024.

CONDE, B. E. *et al*. "Evaluation of conservation status of plants in Brazil's Atlantic forest: An ethnoecological approach with Quilombola communities in Serra do Mar State Park". **PLoS ONE**, vol. 15, n. 9, 2020.

CULTURAL SURVIVAL. "Quilombos and Land Rights in Contemporary Brazil". **Cultural Survival** [2010]. Disponível em: <www.culturalsurvival.org>. Acesso em: 04/10/2024.

DEI, G. S.; KARANJA, W.; ERGER, G. "The Role of Elders and Their Cultural Knowledges in Schools". *In*: DEI, G. S.; KARANJA, W.; ERGER, G. **Elders' Cultural Knowledges and the Question of Black**: African Indigeneity in Education. Cham: Springer, 2022.

FEITOSA, M. O. *et al*. "Access to health services and assistance offered to the afro-descendant communities in northern Brazil: A qualitative study". **International Journal of Environmental Research and Public Health**, vol. 18, n. 2, 2021.

FREITAS, K. N. S.; SANTOS, R. S. A. "Law as an instrument of cultural preservation: A socio-legal analysis of the recognition of the quilombola community of Vargem Comprida (BA) as a remaining kilombo land". **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, vol. 8, n. 1, 2021.

GILIBERTO, F.; LABADI, S. "Harnessing cultural heritage for sustainable development: an analysis of three internationally funded projects in MENA Countries". **International Journal of Heritage Studies**, vol. 28, n. 2, 2022.

GOMES, E. P. C. *et al*. "Post-agricultural succession in the fallow swiddens of Southeastern Brazil". **Forest Ecology and Management**, vol. 475, 2020.

GONÇALVES, M. C. *et al*. "Traditional Agriculture and Food Sovereignty: Quilombola Knowledge and Management of Food Crops". **Journal of Ethnobiology**, vol. 42, n. 2, 2022.

GOULART, M. L. S.; TAVARES, O. G. "Body practices, quilombola communities and identity: Narrative review". **Retos**, vol. 42, 2021.

HANDY, E. S. C. "The Religious Significance of Land". **Journal of the Royal African Society**, vol. 36, 1939.

HATZIKIDI, K. "Defending what's ours": Asserting land rights through popular Catholicism in a Brazilian quilombo". *In*: BALKENHOL, M. B. **Atlantic perspectives**: places, spirits and memories in Africa, the Americas, and Europe. New York: Berghahn Books, 2019.

LUSBY, C.; PINHEIRO, T. "Case study: Tourism in traditional Brazilian Quilombo communities – From theory into practice". **Journal of Global Business Insights**, vol. 4, n. 2, 2019.

MONTEIRO, E.; REIS, M. C. "Afro-brazilian heritage in the context of quilombola school education". **Educação e Realidade**, vol. 44, n. 2, 2019.

MONTERO, C. G. "Legitimacy, authenticity, and authority in brazilian quilombo tourism: Critical reflexive practice among cultural experts". **Tourism, Culture and Communication**, vol. 20, n. 2, 2020.

MORAIS, T. N.; ROCHA, N. M. F. D. "The concepts of health care according to women from a Quilombola community in the metropolitan area of Fortaleza, in the State of Ceará: an investigation via affections". **Saúde e Sociedade**, vol. 31, n. 3, 2022.

MOTA, A. N. *et al*. "A look at vulnerability: analysis of the lack of access to health care for quilombolas in Brazil". **Journal of Human Growth and Development**, vol. 31, n. 2, 2021.

MOURA, C. B. G. *et al*. "Quilombola School Education in Debate". **Cadernos de Pesquisa**, vol. 52, 2023.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**. São Paulo: Editora Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, B. "O conceito de quilombo e a resistência cultural negra". **Afrodiáspora**, vol. 3, 1985.

NASCIMENTO, J. E.; GOMES, J. M. A.; FÉ, E. G. M. "Piqui da Rampa quilombola community solidary revolving fund in Maranhão: Instrument of solidary finance and self-management". **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, vol. 17, n. 1, 2021.

NASCIMENTO, V. B.; ARANTES, A. C. V.; CARVALHO, L. G. "Vulnerability analysis and quilombola women's health in a mining area in the Amazon". **Saúde e Sociedade**, vol. 31, n. 3, 2022.

NUNES, G. H. L.; MARQUES, S. M. S. "Narrativas quilombolas, a pluralidade na luta das mulheres e o descentramento de estratégias políticas". **Currículo sem Fronteiras**, vol. 19, n. 2, 2019.

OLIVEIRA, D. **Racismo Estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

OPPLIGER, E. A.; OLIVEIRA, A. K. M. "Tourism as an economic possibility for the sustainable development of the quilombola community of Furnas dos Baianos, Aquidauana, Mato Grosso do Sul". **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, vol. 18, n. 2, 2022.

PEDROZA, R. S.; SANTOS, R. C.; ALMEIDA, D. M. F. "The performance of the São Sebastião revelry in the Quilombola Magalhães Community". **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, vol. 43, 2021.

PEREIRA, A. S.; ALLEGRETTI, M.; MAGALHÃES, L. "We, quilombola women, know each other's pain: an investigation on sisterhood and occupation". **Brazilian Journal of Occupational Therapy**, vol. 30, 2022.

PEREIRA, A. S.; MAGALHÃES, L. "Life in the quilombo: work, affection and care in the words and images of quilombola women | A vida no quilombo: trabalho, afeto e cuidado nas palavras e imagens de mulheres quilombolas". **Interface: Communication, Health, Education**, vol. 27, 2023.

PEREIRA, C. S.; OLIVEIRA, A. M. "The collective titling of quilombola lands and the conflicts for territorial rights in the state of Rio Grande do Norte, Brazil | A titulação coletiva de terras quilombolas e os conflitos por direitos territoriais no estado do Rio Grande do Norte, Brasil". **Ateliê Geográfico**, vol. 13, n. 1, 2019.

PESTANA, M. B.; FONSECA, E. R.; FUNK, T. R. "The four stones of Xangô: heritage education in agroecological quilombos of São Lourenço do Sul, RS". **Tessituras - Revista de Antropologia e Arqueologia**, vol. 10, 2022.

POETS, D. "Race, Ethnicity and the State: Contemporary Quilombos in Brazil's Settler Colonial Present". *In*: RUTAZIBWA, O. U. **Routledge Handbook of Postcolonial Politics**. London: Routledge, 2018.

POETS, D. "Settler Colonialism and/in (Urban) Brazil: Black and Indigenous Resistances to the Logic of Elimination". **Settler Colonial Studies**, vol. 11, n. 3, 2021.

PRADO, H. M. *et al*. "Sympathetic science: analogism in Brazilian ethnobiological repertoires among quilombolas of the Atlantic Forest and Amazonian ribeirinhos". **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, vol. 18, n. 1, 2022.

PRATHER, C. *et al*. "Racism, African American Women, and Their Sexual and Reproductive Health: A Review of Historical and Contemporary Evidence and Implications for Health Equity". **Health Equity**, vol. 2, n. 1, 2018.

RIOS, F.; MACIEL, R. "Brazilian Black Feminism in Rural and Urban Spaces". **Agrarian South**, vol. 10, n. 1, 2021.

ROCHA, M. I. S.; NASCIMENTO, D. T. F. "Occurrence of burnt focus in legally protected areas of the Cerrado biome (1999/2018)". **Ateliê Geográfico**, vol. 16, n. 2, 2022.

RODRIGUES, E. *et al*. "Participatory ethnobotany and conservation: A methodological case study conducted with quilombola communities in Brazil's Atlantic Forest". **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, vol. 16, n. 1, 2020.

ROSSI, M.; HOFMEISTER, N. “Quase 90% dos quilombolas ainda vivem em territórios não titulados”. **Repórte Brasil** [2023]. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 04/10/2024.

SANTANA, B. F. *et al*. “Quilombola ethnomedicine: The role of age, gender, and culture change”. **Acta Botanica Brasilica**, vol. 36, 2022a.

SANTOS, A. A.; SAYAGO, D. A. V.; MILLER, F. D. S. “They divide to dominate: Political polarization in a quilombo remnant community”. **Fronteiras**, vol. 9, n. 2, 2020.

SANTOS, E. N. *et al*. “Quality of life of women from a quilombola community in northeastern Brazil”. **Brazilian Journal of Biology**, vol. 84, 2024.

SANTOS, E. S. *et al*. “Offer of schools of quilombola school education center in the Northeast/BR”. **Educação e Realidade**, vol. 44, n. 1, 2019.

SANTOS, M. W. “Festas quilombolas: entre a tradição e o sagrado, matizes da ancestralidade”. **HISTEDBR**, vol. 50, 2013.

SATO, P.; BRANDÃO, L. “Lessons on planetary health from traditional Quilombola communities of the Brazilian Amazon”. **BMJ**, vol. 383, 2023.

SCHÖNENBERG, R. “How to overcome the development deadlock in the Quilombo Vila Formosa, Brazil?” **Journal of Land Use Science**, vol. 15, 2020.

SILVA, A. S. L. *et al*. “Ethnopharmacological studies in 21st century Brazil: a systematic review”. **Research, Society and Development**, vol. 11, n. 2, 2022.

SILVA, G.; SOUZA, B. O. “Quilombos in Brazil and the Americas: Black Resistance in Historical Perspective”. **Agrarian South**, vol. 11, n. 1, 2022.

SILVA, N. M.; PINHEIRO, T. R. “Back to the roots: Quilombola travel in Brazil and West Africa”. **World Leisure Journal**, vol. 63, n. 1, 2021.

SILVA, P. O. *et al*. “Intergenerational perceptions and practices in breastfeeding and child feeding among quilombola women in Goiás State, Brazil”. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 37, n. 10, 2021.

SOUZA, J. M. A.; SACRAMENTO, E. C. “Resistance and Solidarity in Quilombo Territory”. **NACLA** [2022]. Disponível em: <www.nacla.org>. Acesso em: 04/10/2024.

SOUZA, M. F. P.; SILVA, W. L. A.; COSTA, L. P. “Comunidade Remanescente de Quilombo, desigualdade e política pública: reflexões sobre um caso particular do possível das mulheres quilombolas em uma comunidade na região norte-rio-grandense”. **Interações**, vol. 20, 2019.

STEWARD, A.; LIMA, D. “We Also Preserve: Quilombola Defense of Traditional Plant Management Practices Against Preservationist Bias in Mumbuca, Minas Gerais, Brazil”. **Journal of Ethnobiology**, vol. 37, n. 1, 2017.

THORKILDSEN, K. “‘Land Yes, Dam No!’ Justice-Seeking Strategies by the Anti-Dam Movement in the Ribeira Valley, Brazil”. **Journal of Peasant Studies**, vol. 45, n. 2, 2018.

THORKILDSEN, K. “Social-Ecological Changes in a Quilombola Community in the Atlantic Forest of Southeastern Brazil”. **Human Ecology**, vol. 42, n. 6, 2014.

TOSTES, R. B.; SENNA-VALLE, L. “Medicinal Plants Used in Quilombola Communities in Piranga, State of Minas Gerais, Brazil”. *In*: MEDEIROS, M. F. T.; SÁ HAIAD, B. (eds.). **Aspects of Brazilian Floristic Diversity**. Cham: Springer, 2022.

UN - United Nations. **The 2030 Agenda for Sustainable Development**. New York: UN, 2023. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 04/10/2024.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Dialogues on Cultural Rights and Diversity**. New York: Unesco, 2023. Disponível em: <www.unesco.org>. Acesso em: 04/10/2024.

USAID - US Agency for International Development. “Investing in quilombola culture to fight climate change”. **USAID** [2024]. Disponível em: <www.pcabhub.org>. Acesso em: 04/10/2024.

VALADARES, K. M. O.; SILVA, F. R.; HANAZAKI, N. “Quilombola perceptions about plant-mediated ecological interactions”. **Ethnobotany Research and Applications**, vol. 20, 2020.

ZANK, S.; ARAUJO, L. G.; HANAZAKI, N. “Resilience and adaptability of traditional healthcare systems: A case study of communities in two regions of Brazil”. **Ecology and Society**, vol. 24, n. 1, 2019.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 19 | Nº 56 | Boa Vista |2024

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima